

Parlamentares apresentam pacote de projetos para combater a corrupção

Propostas têm como alvo ações de improbidade administrativa e podem aumentar o tempo de prescrição dos crimes de cinco para até dez anos

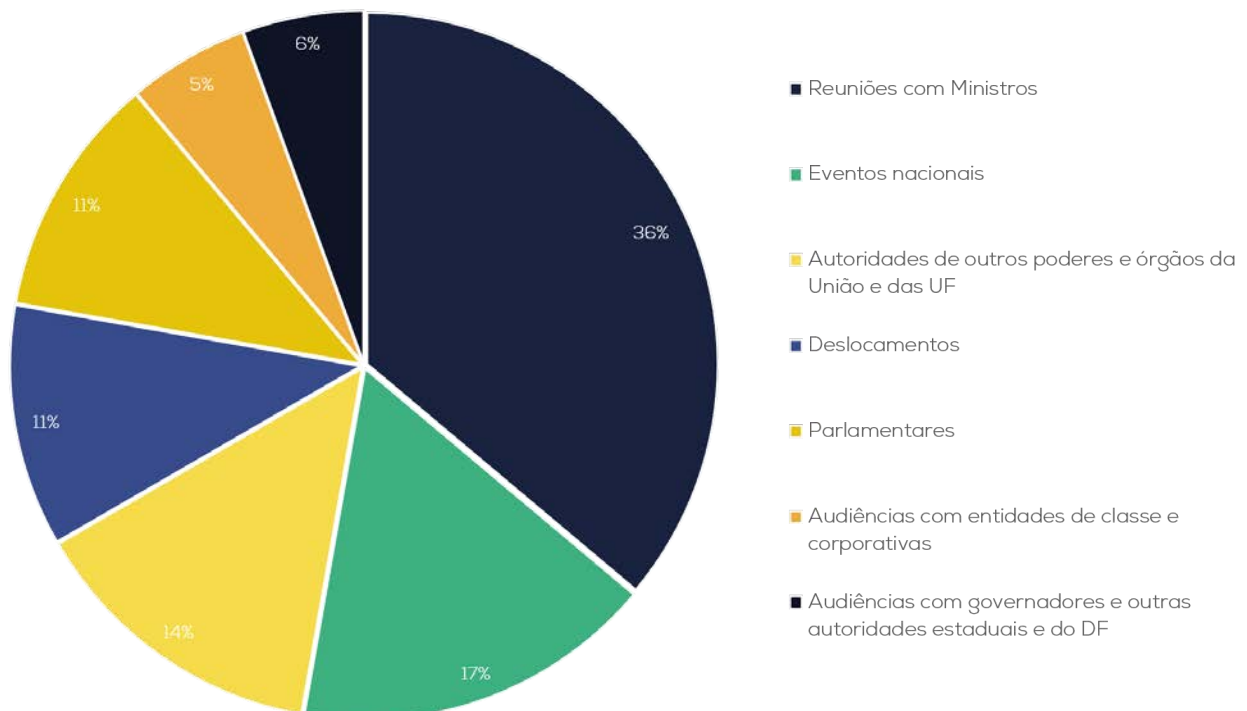
Ao longo do mês de setembro, deputados e senadores protocolaram um pacote de nove projetos de lei (PLs) com o objetivo de combater a corrupção no Brasil. O pacote ficou conhecido como as “Novas Medidas contra a Corrupção” e foi baseado nas sugestões do movimento “Unidos contra a Corrupção”, que reúne cerca de 300 movimentos, instituições e organizações sem fins lucrativos.

Um tema que se destaca no pacote é o de combate a ações de improbidade administrativa. Nessa seara, os projetos propõem o aumento de cinco para dez anos para a prescrição desses atos, ampliam o conceito de agente público para facilitar a sua responsabilização em atos de improbidade administrativa, e permitem descontos cautelares do salário do agente que estiver envolvido em casos de improbidade.

Há ainda, no pacote de medidas, previsões para os partidos políticos: criação de novas regras de responsabilização de partidos no momento das eleições e inclusão os partidos entre as entidades sujeitas ao controle de lavagem de dinheiro. Os projetos preveem também a responsabilização civil e administrativa de empresas por corrupção privada, a exigência de programas de integridade para contratação de obras de grande vulto pela administração pública e a retirada da prescrição retroativa no Código Penal.

No Senado, as medidas foram assinadas por um grupo suprapartidário de doze senadores, advindos de diferentes regiões do Brasil. Entre os que estão à frente do pacote destacam-se: Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Álvaro Dias (PODEMOS/PR), Soraya Thronicke (PSL/MS), Fabiano Contarato (REDE/ES), Leila Barros (PSB/DF) e Major Olimpio (PSL/SP).

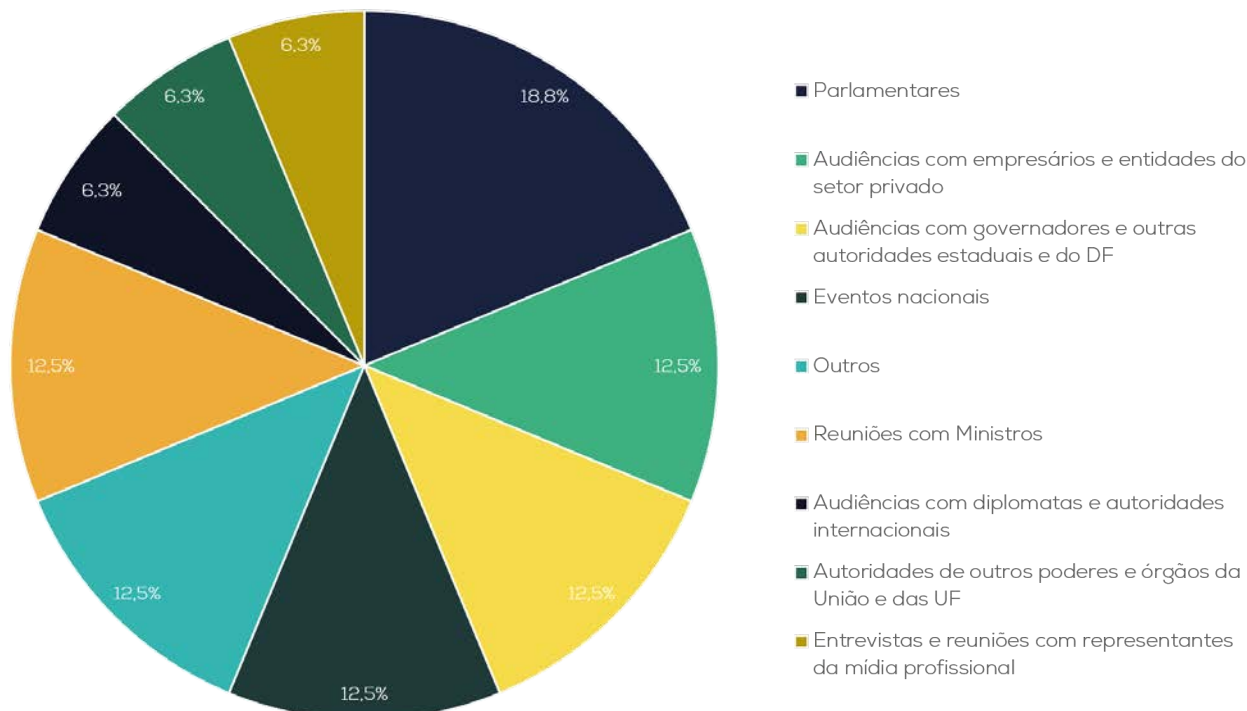
Agenda oficial do Presidente da República, entre 14/09 e 18/09



Na madrugada do dia 13, o ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, de 47 anos, foi submetido a um cateterismo após sentir um mal-estar. Segundo a equipe médica que o atendeu, o quadro pode ter sido desencadeado por um processo viral. O ministro realizou teste de Covid-19 e o resultado deu negativo.

A Diretora-Geral do DEPEN, Tânia Fogaça, se reuniu com representantes do Sindicato do Agentes Federais de Execução Penal. Fogaça também recebeu a diretora do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher (MMFDH), Teresinha Neves. A SENASP não divulgou a agenda do secretário nacional.

Agenda oficial do Vice-Presidente da República, entre 14/09 e 18/09



O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas listadas abaixo. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "[Agenda de autoridades](#)".

- *Presidente da República;*
- *Vice-presidente da República;*
- *Ministro da Casa Civil;*
- *Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;*
- *Ministro da Secretaria de Governo;*
- *Ministro da Justiça e Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Segurança Pública;*
- *Secretário Nacional da Justiça;*
- *Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;*
- *Presidente do Supremo Tribunal Federal;*
- *Procuradora-Geral da República;*
- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
- *Presidente do Senado Federal.*

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/gfhkgfj8hu>

